

Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa

6ª Conferência Forges

"PARA QUE(M) SERVEM A UNIVERSIDADE E AS INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR? BALANÇOS, PROPOSIÇÕES E DESAFIOS ACERCA DO PAPEL DAS IES NO SÉCULO XXI"

RESUMO DE COMUNICAÇÃO DENTRO DE SUBTEMA

**Empreendedorismo Acadêmico e o professor universitário que atua em EaD:
De mão de obra altamente qualificada a empreendedor e parceiro estratégico.**

Subtema: 3. Sustentabilidade, Inovação e Internacionalização na Educação Superior

RESUMO

A educação superior atual sente duas grandes forças : A necessidade de diminuição do gap entre universidade e a empresa, o que enseja um aumento na dificuldade dos conteúdos a serem estudados e a necessidade de inclusão social da população, o que enseja uma diminuição na dificuldade dos conteúdos a serem estudados. Nesse contexto, professores que atuam em EaD e com tecnologias educacionais inovadoras (que podem contribuir para agir sob essas duas forças) tem oportunidade para atuarem como empreendedores, agindo como parceiros estratégicos das Instituições de Ensino Superior?

Palavras Chave: EaD, Empreendedorismo, Educação

Objetivo: Oportunizar uma reflexão sobre o papel do professor na sociedade atual, como empreendedor.

Alcance: Professores e Gestores públicos e privados de Instituições Superiores de Ensino nos países de língua portuguesa.

Autores:

Prof. Me. ALEXADRE SARAMELLI - UNTREF – Universidad Nacional de Tres de Febrero – Buenos Aires Argentina. alexandre-saramelli@t-online.de

Profa. Me. DIVANE ALVES DA SILVA - UNIP – Universidade Paulista Interativa (EaD – Educação a Distância). divaneasph@gmail.com

Prof. Dr. Rafael Roso Righini – FAAP – Fundação Armando Álvares Penteado

rafaelrighini@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

No Brasil e nos países e regiões de língua portuguesa em geral, observa-se um fenômeno denominado como “mercantilização” ou “financeirização” da educação superior. Esse fenômeno, que é relativamente recente no Brasil, mudou rapidamente e profundamente o ambiente acadêmico. Até os anos 2000, o Brasil mantinha um sistema misto entre instituições de ensino públicas geralmente de grande porte e várias instituições de ensino de pequeno a médio porte privadas e sem fins lucrativos. A partir dos anos 2010, o Brasil passou a ter um sistema que também é misto e onde as instituições de ensino públicas permaneceram, porém, criou-se um oligópolio com menos de meia dezena de instituições de ensino particulares de grande porte. Essas instituições passaram a ter fins lucrativos e foram constituídas como sociedades anônimas e com ações negociadas em bolsas de valores.

Essa mudança surgiu, entre outras motivações, a partir de uma necessidade de expandir o sistema educacional de nível superior no Brasil para permitir que mais cidadãos tenham acesso a educação superior, de acordo com compromissos do país com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

As implicações da financeirização da educação superior brasileira estão recebendo a atenção de diversos pesquisadores nos últimos anos, que sugerem que esse processo é altamente preocupante. Por exemplo, em suas pesquisas, Azevedo (2015), Carvalho (2013), Santos e Chaves (2013) Sebim (2014) e Zahluth Bastos (2013) tecem fortes críticas a essa mudança porque encontraram aspectos muito negativos. Para esses autores, a entrada de capital privado traz na esteira a precarização da educação superior em diversos aspectos, desde as relações trabalhistas de professores com as instituições até a autonomia do trabalho do professor. Isso tudo pode resultar em diminuição acentuada da qualidade do serviço educacional para os alunos e futuros profissionais.

Por outro lado, a educação superior brasileira já há muitos anos recebe fortes críticas sobre sua qualidade, sendo que, entre várias dificuldades, argumenta-se que há um *gap* muito grande entre as necessidades do mercado de trabalho e os conteúdos estudados, geralmente antigos, defasados ou até obsoletos e superficiais. E há diversas outras dificuldades e até conflitos que trazem insatisfação ao ambiente universitário, por exemplo, com os alunos “nativos digitais” que não conseguem se concentrar em sala de aula porque estão apegados a tecnologias digitais, que ainda não são aproveitadas em sala de aula.

Dessa forma, observa-se que a educação superior atual sente duas grandes forças: A necessidade de diminuição do *gap* entre universidade e a empresa, o que enseja um aumento na dificuldade dos conteúdos a serem estudados e a necessidade de inclusão social da população por meio do acesso ensino superior, via alternativas como por exemplo o tipo de educação EaD, o que enseja uma diminuição na dificuldade dos conteúdos a serem estudados para fins didáticos. Para conciliar essas duas forças é necessária a ação ágil do professor e de vários outros atores na educação superior. A dúvida que surge inevitavelmente é se com a "mercantilização" ou "financeirização", além de outros processos que trazem preocupação como a “internacionalização”, rápidas mudanças tecnológicas, dúvidas sobre a sustentabilidade, as Instituições de Ensino Superior poderão continuar a dar apoio ao trabalho do professor e outros atores na educação superior.

Para refletir sobre essa dúvida propõe-se observar algumas práticas pioneiras no tipo de educação à distância, conhecido pela sigla “EaD” que, até pelas necessidades tecnológicas que esse tipo de ensino traz, apresenta mudanças significativas que sugerem uma tendência do que pode se tornar a educação superior daqui a alguns meses. Na EaD os professores produzem conteúdo didáticos como textos, produtos audiovisuais, games, exercícios, atividades diversas, sendo que todos esses conteúdos são criados com linguagem dialógica voltadas não para turmas ou grupos de alunos como se dá na educação tradicional, mas com um olhar e narrativa individual. A figura 1 a seguir mostra essa mudança:

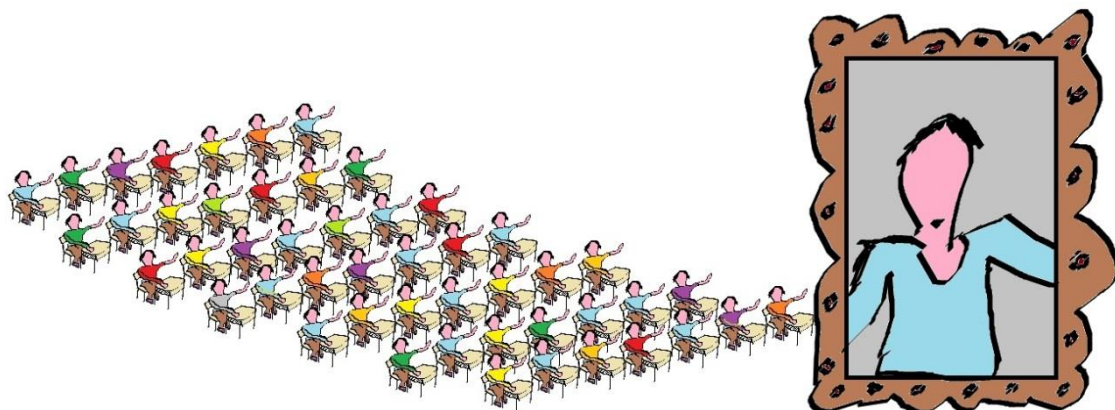


Figura 1: A esquerda, a abordagem da educação tradicional com turmas de alunos, e a direita a abordagem da EaD, com conteúdos didáticos desenvolvidos para interação individual com o aluno.

Fonte: Os autores

Atualmente, apesar dos conteúdos didáticos entregues aos alunos de EaD já serem dialógicos e voltados a uma interação individual com o aluno, ainda não existe uma personalização do conteúdo. Porém, a prática e as dificuldades mostram a necessidade de personalizar de fato o conteúdo didático, algumas vezes para atender necessidades específicas de cada aluno. Isso traz uma demanda enorme que irá exigir um grande esforço para a produção contínua desses conteúdos didáticos.

O que chama a atenção na EaD é que grande parte do conteúdo didático é autoral, onde a Instituição de ensino adquire os direitos autorais sobre esses conteúdos. Isso indica que os professores passam a ter não apenas uma relação com a instituição de ensino como mão de obra altamente qualificada, mas uma relação de parceria, como empreendedores! Indica-se ainda que apesar do atual momento de pessimismo sobre o futuro da educação superior, **não há apenas maus aspectos nas atuais mudanças, mas bons aspectos também, que podem trazer enormes oportunidades se houver uma atenção para viabilizar essas oportunidades.**

Ambiente da Educação Superior Brasileira

Forma de atuação dos professores/pesquisadores

Até os anos 2000	A partir dos anos 2010
Exclusivamente como mão de obra altamente qualificada. (Funcionários Públicos ou Privados)	Mão de obra altamente qualificada (Funcionários Públicos ou Privados) + Empreendedores (Pessoas físicas, Empresas micro, pequenas e médias)

Tabela 1: Forma de atuação dos professores/pesquisadores brasileiros nas IES, basicamente no tipo de educação EaD.

Fonte: Os autores

Assim, o objetivo deste ensaio é o de especular sobre: **Há oportunidades para professores atuarem como empreendedores, agindo como parceiros estratégicos das Instituições de Ensino Superior?**

Este assunto, até pelo pioneirismo e pelos acontecimentos recentes, tem poucos referenciais teóricos apresentando uma característica de pesquisa seminal. Para tal, conforme nos explica Gil (1991 p.27) ao definir que método é o caminho a ser percorrido com o objetivo de alcançar determinado fim, para esta pesquisa o método/caminho adequado classifica-se como descritivo-exploratório ou método indutivo, em uma atitude especulativa e propositiva.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 PROBLEMÁTICA GLOBAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Não se admite mais que determinados grupos de pessoas, seja porque vivem longe dos grandes centros; porque estão à margem dos grandes fluxos econômicos ou por qualquer outra razão supostamente justificável, venham a não ter acesso à educação.

Entende-se, de acordo com Onu - Assembléia Geral das Nações Unidas (1948) Declaração Universal dos Direitos Humanos, Brasil (1988) Constituição Federal artigos 205 e 208 e Brasil (1996), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) que a educação é “um bem público social, um direito humano e universal e um dever do Estado.”

Essa abordagem da educação se faz necessária porque na atual sociedade, o “conhecimento”, entendido aqui como “saberes específicos”, “tecnologia” ou *Know How*, é considerado um fator de produção econômico. Nesse contexto, como muito bem colocado por Freire (1997), negar educação a um indivíduo ou lhe dar uma educação simplória é o mesmo que negar-lhe a vida.

Preocupada com essa situação, a Onu por meio da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) procura há anos soluções para dar condições aos governos nacionais educarem toda a população, sendo que teme-se que se isso não for feito irá criar um grave problema social. É o que podemos ver em Moraes (2010), que reproduziu a opinião de John Sagar Daniel, ex-vice reitor da *Open University* e diretor da Unesco entre 2001 e 2004: “Metade da população mundial tem agora menos de 20 anos. Nosso conceito tradicional de ensino universitário negará o ensino superior a quase todos esses jovens. No entanto, fornecer educação e treinamento a eles não é só uma questão premente para os países em questão. Isso é uma bomba-relógio prestes a explodir nossa segurança coletiva. Sem uma ação vigorosa, muitos desses jovens serão desempregados, desconectados e instáveis” (p.21).

Em 2008, a Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe (CRES), realizada de 4 a 6 de junho de 2008, na cidade de Cartagena de Índias na Colômbia, concluiu ou exaltou que também a educação superior deve ser considerada “um bem público social, um direito humano e universal e um dever do Estado”.

Carvalho (2013) explica que no Brasil, desde as primeiras décadas do século passado, entendia-se que a educação em geral não constituiria um ato de comércio, sendo exclusiva para entidades sem fins lucrativos. É como ela diz

Na Constituição Federal de 1934, os estabelecimentos educacionais primários e profissionais ficaram isentos do pagamento de quaisquer tributos. A partir da Constituição Federal de 1946, a figura jurídica da imunidade substituiu a isenção e foi ampliada a todas as instituições de educação. Carvalho (2013)

Tal situação perdurou no país até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, quando passou a existir o modelo institucional de estabelecimentos educacionais lucrativos. Desde então, diversas decisões de governo motivadas também pela necessidade da expansão da educação superior, acabaram por permitir a formação de empresas educacionais movidas pelo lucro, culminando nas grandes empresas de educação em bolsa de valores, tal qual temos atualmente.

2.2 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - EaD

Na busca de uma solução para atender o grave problema da falta de estrutura para disponibilizar serviços de educação superior para toda a população, a Educação a Distância- EaD foi apontada como uma solução viável, tanto nos aspectos econômicos como operacionais.

Segundo Aires (2013), com o desenvolvimento da tecnologia, principalmente com as telecomunicações, foi possível desenvolver também o que hoje denominamos de “Educação a Distância”, sob a sigla EaD, um tipo de serviço educacional ágil e de fácil acesso que não requer que o aluno visite diariamente ou regulamente instalações físicas para assistir aulas junto com uma “turma de alunos”. Isso trouxe para a EaD outra importante conotação: a de oferecer inclusão social, uma vez que pessoas que por algum motivo não teriam como frequentar aulas em grupo passaram a ter acesso ao serviço educacional. Some-se a isso, o fato de muitos alunos das novas gerações preferirem o uso intensivo de tecnologia que a EaD utiliza. Logo, de uma solução paliativa, a Ead passou a ser de fato uma solução principal e que agradou a muitos alunos.

Dentro das boas práticas inerentes ao tipo de educação EaD, sendo que essas práticas tiveram origem desde as primeiras formas de educação a distância ou a “Educação por correspondência”, costuma-se enviar aos alunos aulas impressas preparadas por professores da própria instituição de ensino. Com a disponibilidade de recursos

tecnológicos, as aulas impressas passaram a ser complementadas por videoaulas, exercícios, atividades complementares e games com tratamento artístico (desenvolvido por profissionais especializados, os “*Designers* Instrucionais”) disponibilizados na internet em AVA´s (Ambientes Virtuais Acadêmicos). Para a produção desse conteúdo no Brasil abraçou-se as ideias de Freire (1997) em torno da dialogia. Portanto, atualmente os alunos de EaD recebem conteúdos na forma de texto e audiovisual dialógicos que travam uma verdadeira conversa, a ponto desses alunos não sentirem falta da presença física do professor em sala de aula para bem aprender.

2.2.1 Atividades no EaD

De acordo com o exposto, os professores passam a realizar diversas atividades necessárias para colocar em prática a modalidade do ensino a distância, atividades estas que requerem uma capacitação específica para o professor. Porém, somente a capacitação não irá garantir um desempenho esperado quer por parte da instituição de ensino ou pelo próprio aluno. Para tal, deverá sempre levar em consideração o perfil do professor, o que em outras palavras significar informar se este professor realmente tem o perfil para desenvolver as atividades que a modalidade de ensino a distância exige.

É prudente ressaltar que a escolha dos professores para atuar na modalidade a distância deve partir da instituição de ensino e considerando-se ainda, que este professor passa a fazer parte de uma equipe multidisciplinar, conforme mencionado anteriormente.

Entre as diversas atividades que um professor que atua na modalidade a distância, destaca-se:

- gravação de aulas: o professor precisa ter desenvoltura para falar para uma câmara, além de uma voz clara e agradável.
- elaboração de materiais de aulas escritas, atividades e questões de provas: escrever materiais exige-se um conhecimento da técnica de dialogicidade, o que se pode entender ser escrita em forma de conversa, de diálogo, permitindo uma maior aproximação com o aluno.

- revisão técnica sobre os materiais elaborados por outros professores: é de extrema importância que todo material a ser disponibilizado para os alunos sejam revisados, tanto por revisores linguísticos quanto por uma revisão técnica, ou seja, relacionada com o assunto proposto e aqui está mais uma atividade que um professor pode exercer.

- acompanhamento dos alunos pelo fórum (momento assíncrone, fora do tempo professor-aluno) e também pelo chat (síncrone, mesmo tempo professor-aluno): considerando-se que na modalidade a distância geograficamente professo-aluno estão em espaços diferentes, será necessário o acompanhamento dos alunos, onde será possível sanar as dúvidas tanto pelo fórum quanto pelo chat.

A novidade é que muitas dessas atividades são necessariamente autorais, ou seja, são a produção de um produto específico o qual a Instituição de Ensino não deve remunerar como trabalho qualificado, mas como um direito autoral. Isso abre uma nova perspectiva, o do empreendedorismo acadêmico.

3. Empreendedorismo Acadêmico

À medida em que enxergamos a universidade como grande celeiro de cérebros voltados para a pesquisa e para os experimentos, podemos supor que ela atua como centro de preparação, de incentivo e também de laboratório para empreendedores – tanto novos (formação de alunos) como experientes (aprimoramento de professores).

Entretanto, ao observarmos de maneira crítica o atual funcionamento de nossas universidades, surgem dúvidas quanto aos papéis esperados do nosso sistema de ensino superior tal como desempenhados na atualidade. Entre essas questões, vale destacar os seguintes pontos:

- **Falta de professores com atuação simultânea (docentes nas IES, empreendedores e agentes atuantes no mercado de trabalho)**

Não tem sido fácil encontrar profissionais do campo do ensino que sejam atuantes efetivos como empreendedores e no mercado de trabalho simultaneamente.

Por que tem ocorrido esse hiato entre os profissionais das Instituições de Ensino Superior? Será um problema de origem? Será a falta de incentivo como política de Estado? Será o anacronismo contumaz que assola o país desde sua descoberta e que continua presente nos dias atuais?

Precisamos refletir sobre essa questão, visando à verdadeira transformação evolutiva em todo o processo educacional, uma vez que a integração entre essas áreas poderia ser um caminho eficaz para o efetivo desenvolvimento nacional e o aprimoramento profissional, tanto no plano teórico, racional e de pesquisa, quanto no plano prático, experimental e laboratorial.

- **Sistema de ensino e o “eterno retorno”**

Podemos observar um sistema no qual se replicam modelos consagrados, porém antiquados, pouco criativos e ultrapassados.

Impera em nosso país um sistema de ensino viciado, que prolifera a cada dia, através de políticas equivocadas, e que reflete num “eterno retorno”, um movimento cíclico sem evolução. Ainda que, eventualmente, se ensaiem críticas ao modelo, estas não são capazes de produzir transformações, pois os egressos desse sistema tendem a reproduzir os vícios assimilados durante o processo de ensino e aprendizagem, corroborando a ideia do “eterno retorno”.

- **Falta de diálogo entre IES e mercado de trabalho e negação do empreendedorismo**

O sistema tem promovido um verdadeiro “apartheid” entre as múltiplas qualificações profissionais, como se elas devessem coexistir separadamente, de tal forma que, muitas vezes, curiosamente, os próprios professores tratam com certo preconceito o profissional do mercado, acentuando a vala existente entre a academia e a práxis. O que pode ser feito acerca desse problema? Quais as vantagens de se promover a aproximação entre as IES e o mercado de trabalho? Qual o papel do empreendedorismo nesse desígnio? Como integrar no sistema de ensino professores que sejam, além de excelentes docentes, também grandes

empreendedores? Como é possível encontrar esse profissional multifuncional, qualificado, e ainda agente ativo no mercado de trabalho?

- **Falta de investimentos e visão política**

A universidade desenvolve sua atuação e linhas de ação a partir de políticas estabelecidas pelo governo central do país, através de seu Ministério da Educação, que norteia conteúdos, planos de ensinos e metas para todos os agentes envolvidos no processo do ensino superior, desde o início até a conclusão de cada curso, e, ainda, determinando normas de conduta para professores e alunos, orientando processos de conduta e comportamento para ambos. No entanto, apesar dos valores destinados ao processo educacional, é possível observar a imensa desestrutura no sistema educacional vigente. Desestrutura essa que vem desde o ensino básico e que acaba repercutindo no ensino superior, quando os alunos são confrontados com exigências tais que não há saída pra os professores a não ser investir tempo precioso que seria destinado para o processo superior em retomada de conteúdos das etapas anteriores (ensino médio – e muitas vezes até mesmo do ensino fundamental, a fim de apurar minimamente o aluno ingresso, na expectativa de que este consiga adaptar-se e seguir o curso até sua conclusão.

Não estaria faltando da parte de nossos governantes e políticos a decisão de, finalmente, estabelecer uma “revolução do ensino” em todos os níveis educacionais do país?

Não estaria na hora premente de estudar profundamente todo o processo de ensino e promover modificações contundentes, a fim de colocar o país de forma alinhada com os demais países realmente desenvolvidos?

Não estaria passando da hora – com consequências provavelmente irremediáveis – de o ensino ser considerado a única forma possível de alcançar progresso em todos os níveis de conhecimento (fundamental, médio e especialmente o superior) e, ainda, em todos os níveis de comportamento de nossa sociedade, bem como uma maturidade política, social e quiçá um possível avanço econômico?

Assim, a partir dos apontamentos preliminares destacados em nosso texto, torna-se mister, cada vez mais, nos dias atuais, e até mesmo de forma urgente, a formação dos chamados “professores empreendedores”, cuja missão passa a ser a de um profissional qualificado para incutir no alunado o chamado “espírito empreendedor”, através de:

- i) Um espírito colaborativo, cuja ideia básica é a de promover em sala de aula o “olhar de conjunto” ou a visão ampla, visando um pensamento no todo e não apenas no pensamento individual;
- ii) A busca de uma compreensão mais aprofundada e eficaz da tecnologia e as últimas tendências existentes como ferramentas úteis, a fim de estimular cada vez mais ações empreendedoras, tanto em sala de aula quanto no campo de trabalho;
- iii) Reconhecer a qualidade individual de cada aluno, a fim de identificar suas facilidades e aptidões, para que este possa efetivar um pleno aproveitamento do processo do ensino. A partir desse olhar específico de cada aluno por parte do professor empreendedor, o sistema deixará de ser um processo onde todos em sala de aula são como meras máquinas replicadoras e impessoais, para transformarem-se em indivíduos empreendedores com reflexos coletivos.

4. CONCLUSÃO

Este é um trabalho exploratório-descritivo, que traz um assunto seminal e que se propôs a especular sobre a seguinte inquietação: **Há oportunidades para professores atuarem como empreendedores, agindo como parceiros estratégicos das Instituições de Ensino Superior?**

A partir da experiência pessoal dos autores, estudou-se o atual estado da educação brasileira e procurou-se dentro da experiência já em andamento, pioneira e inovadora da EaD, tendências que mostrem se há essa possibilidade. A conclusão é a de que existem oportunidades para que professores possam atuar não apenas como mão de obra altamente qualificada (funcionários públicos e privados), mas também como empreendedores. Em particular, o ambiente acadêmico é um celeiro formidável de ideias, mas dentro do contexto atual essas ideias não eram e não são aproveitadas como produtos autorais que possam satisfazer necessidades de aprendizagem. Em uma analogia, todo um esforço era gerado, mas perdido como uma usina de energia elétrica que não tem fios para transmitir a energia que gera!

O tipo de Educação a Distância EaD mostra que professores podem atuar também como empreendedores. Assim, indica-se que não há apenas maus aspectos nas atuais mudanças, mas bons aspectos também, que podem trazer enormes oportunidades se houver uma atenção para viabilizar essas opções. Se isso for ignorado ou desprezado e não se dê importância a essas tendências, ideias criativas e inovações poderão ser perdidas. Mais do que isso, há possibilidades de resolver problemas antigos da educação brasileira [e dos países e regiões de língua portuguesa].

Este trabalho carece de complementação e testagem científica. Sugere-se aos pesquisadores que continuem esta pesquisa para dar uma resposta a essa inquietação sobre se é possível, apesar do pessimismo verificado na Academia com o fenômeno da “financeirização” ou “mercantilização” da educação superior brasileira [e dos países e regiões de língua portuguesa], esses mesmos fenômenos gerarem oportunidades.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, Roberto Bart. (2013). *Educação a distância e ensino superior*. São Paulo: Alt, 2013.

Azevedo, Mário Luiz Neves de (2015). *Transnacionalização e Mercadorização da Educação Superior: Examinando alguns efeitos colaterais do capitalismo acadêmico (sem riscos) no Brasil – A expansão privado-*. **Rev. Inter. Educ. Sup.[riesup]**, Campinas, Sp, v. 1, n. 1, p.86-102, 22 set. 2015. Bimestral. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5385382>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil (1988)*. Brasília. Versão atualizada. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 5 jan. 2016.

_____ (1996). *Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 31 de março de 2016.

Carvalho, Cristina Helena Almeida de (2013). *A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas*. Revista Brasileira de Educação, Brasília, v. 18, n. 54, p.761-801. Bimestral. Disponível em: <http://www.academia.edu/download/36196871/A_mercantilizacao_da_educacao_-_RBE_2013.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

Freire, Paulo (1997). *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gil, Antonio Carlos (1991). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas

Moraes, Reginaldo C. (2010). *Educação a distância e ensino superior: Introdução didática a um tema polêmico*. São Paulo: Senac. 120 p.

Onu. (1948) *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo: www.direitoshumanos.usp.br. Acesso em 31 de março de 2016.

Santos, Aline Veiga dos; Chaves, Vera Lúcia Jacob (2013). Formação dos oligopólios na educação superior privada brasileira: sobre implicação no trabalho docente. Revista Educação em Questão, **Natal**, v. 46, n. 32, p.75-97, Bimestral. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/5123/4101>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

Sebim, Charlini Contarato (2014). *A Intensificação do Trabalho Docente no Processo de Financeirização da Educação Superior: O Caso da Kroton no Estado do Espírito Santo*. . 200 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/handle/10/1366>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

Unesco (2009). *Declaração da Conferência Mundial de Educação Superior*. Paris: Unesco, 2009.

_____. (2008). *Declaração da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe*. Cartagena: IESALC, 2008.

Zaluth Bastos, Pedro Paulo (2013). *Financeirização, crise, educação: considerações preliminares*. 2013. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 217, mar Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3256&tp=a>>. Acesso em: 10 jun. 2016.